ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto os cuidados médicos e exploração de consultórios médicos.

ARTIGO 3.º

O capital social inteiramente subscrito em dinheiro é de um milhão dois mil quatrocentos e dez escudos, representado por quatro quotas iguais no valor nominal de duzentos e cinquenta mil seiscentos e dois escudos e cinquenta centavos, pertencentes uma a cada um dos sócios José Carlos Machado Rodrigues, Maria Catarina Banza Cordeiro Machado Rodrigues, Jorge Manuel Correia Dias e Emília Filomena Matos Cosme de Paiva Dias.

§ único. O capital social encontra-se através de conta aberta para esse fim no Banco Nacional Ultramarino, S. A. — Agência de Setúbal.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral e à sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertence a dois ou mais gerentes que podem ser escolhidos de entre estranhos à sociedade, ficando desde já nomeados gerentes os José Carlos Machado Rodrigues e Jorge Manuel Correia Dias.

2 — A sociedade é representada e obriga-se em juízo e fora dele, activa e passivamente pelas assinaturas conjuntas de dois gerentes, bastando porém a assinatura de um gerente para actos de mero expediente de carácter não vinculativo.

3 — Fica expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos à sua normal actividade, nomeadamente fianças, abonações e letras de favor e em caso de infracção ao aqui estabelecido, fica o infractor responsável para com a sociedade pelos prejuízos que lhe cause.

ARTIGO 5.º

A direcção clínica fica a cargo do Doutor José Carlos Machado Rodrigues.

ARTIGO 6.º

Ocorrendo a morte ou interdição de qualquer sócio, os respectivos direitos sociais serão no primeiro caso exercidos pelos herdeiros do falecido que designarão no prazo de trinta dias após o óbito, um de entre eles que a todos represente na sociedade enquanto a quota permanecer indivisa; no segundo caso, os direitos do interdito serão exercidos na sociedade pelo seu representante legal.

ARTIGO 7.º

1 — É livre a cessão de quotas entre sócios.

2 — A cessão de quotas a terceiros, depende do consentimento prévio da sociedade, ficando o sócio ou sócios não cedentes com o direito de preferência nessa cessão.

ARTIGO 8.º

Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que esta carecer de harmonia com as condições que forem deliberadas em assembleia geral.

§ único. Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até ao décuplo do capital social e na proporção das suas respectivas, quotas, desde que os sócios o deliberem por unanimidade de votos representativos da totalidade do capital social.

ARTIGO 9.º

1 — A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto, arrolamento, apreensão ou providência cautelar com idêntica finalidade;
- c) Falência ou insolvência do respectivo titular;
- d) Por falecimento ou interdição, no caso de os respectivos herdeiros ou representantes não assumirem nos termos do contrato, a posição do falecido ou interdito;
- e) Se algum sócio infringir o estipulado no número três do artigo quarto deste pacto social.

2 — O preço da quota amortizada será apurado através do último balanço aprovado e será pago em prestações semestrais até ao limite máximo de dois anos.

ARTIGO 10.º

A sociedade poderá subscrever, adquirir, alienar ou onerar participações noutras sociedades, qualquer que seja o seu tipo ou objecto social, bem como em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 11.º

1 — As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas com aviso de recepção, expedidas para os sócios com pelo menos 15 dias de antecedência, salvo quando a lei exija outras formalidades ou prazos.

2 — O sócio impedido de comparecer à assembleia geral poderá fazer-se representar por outro sócio ou pessoa estranha à sociedade, mediante simples carta dirigida à sociedade e por ele assinada.

Disposição transitória

Fica desde já autorizada a gerência a proceder ao levantamento do capital social depositado no Banco Nacional Ultramarino, S. A., Agência de Setúbal, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 202.º do Código das Sociedades Comerciais, para custear as despesas de constituição, instalação e início de actividade e celebrar actos e contratos antes do registo definitivo da constituição.

Está conforme o original.

23 de Junho de 2006. — A Conservadora, *Maria Helena Nobre Palma Rosa dos Santos Frederico*. 3000214605

GUIVOR — LARES E ACÇÃO CULTURAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5281/990624; identificação de pessoa colectiva n.º 504397966.

Certifico que ficaram depositados os documentos referentes à prestação de contas da sociedade mencionada em epígrafe do ano de 1999.

23 de Junho de 2006. — A Conservadora, *Maria Helena Nobre Palma Rosa dos Santos Frederico*. 3000214604

MILFOTUS — MATERIAL FOTOGRÁFICO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5265/990609.

Certifico que ficaram depositados os documentos referentes à prestação de contas da sociedade mencionada em epígrafe do ano de 1999.

23 de Junho de 2006. — A Conservadora, *Maria Helena Nobre Palma Rosa dos Santos Frederico*. 3000214603

VIANA DO CASTELO**VALENÇA****JOSÉ PEREIRA & MARIA MARTINS, L.ª**

Sede: Urbanização de Cidade Nova, Centro Comercial Europa, piso 0, loja 19/20, freguesia de Valença

Conservatória do Registo Comercial de Valença. Matrícula n.º 1139; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 06/051202.

Certifico que foi registado um contrato de sociedade celebrado entre José Esteves Pereira casado com Maria de Fátima Caldas Gomes Pereira na comunhão geral e Maria Alexandrina Martins Ribeiro, viúva, cujo pacto social é o seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma José Pereira & Maria Martins, L.ª, e tem a sua sede na Urbanização de Cidade Nova, Centro Comercial Europa, piso 0, loja 19/20, freguesia e concelho de Valença.

§ único. A gerência, por simples deliberação, poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar sucursais, agências ou outras formas legais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto restaurante com lugares ao balcão, *snack-bar* e café, restaurante do tipo tradicional, restaurante sem serviço de mesa (*Self Service*), ou qualquer outra actividade ligada à prossecução de bares, restaurantes e exploração de qualquer outra actividade ligada ao comércio de bebidas e comidas.